

SUMÁRIO

1. Idéia de Ruptura Histórica	3
2. O Novo Mapa do Mundo	8
3. A Formação da Sociedade Civil Mundial	13
4. O Retorno da Questão Nacional	18
5. A Nova Sociedade Civil Nacional	25
6. Federalismos	28
7. Economia e Política	36
Bibliografia	42



A GLOBALIZAÇÃO E O RETORNO DA QUESTÃO NACIONAL

Octavio Ianni

Deptº de Sociologia do IFCH/UNICAMP

1. A IDÉIA DE RUPTURA HISTÓRICA

O mundo está sendo abalado por transformações de amplas proporções, intensas e profundas. Está sendo atravessado por uma ruptura histórica de alcance universal, por suas implicações práticas e teóricas. É como se fosse um terremoto inesperado e avassalador, provocando transformações mais ou menos radicais em modos de vida e trabalho, formas de sociabilidade e ideais, hábitos e expectativas, explicações e ilusões. Fala-se em “novo mapa do mundo”, “mundo sem fronteiras”, “desterritorialização”, “planeta terra”, “aldeia global”, “mundo virtual”, “dissolução da geografia”, “fim da história”.

Tudo o que parecia estável, transforma-se, recria-se ou dissolve-se. Nada permanece. E o que permanece já não é a mesma coisa. Modificam-se os significados das coisas, gentes e idéias. Alteram-se as relações do presente com o passado; e o futuro parece ainda mais incerto. Ao lado da exacerbação do presente, real e virtual, tudo o que parece esfurmar-se, como se fosse imaginação, fantasia ou alucinação.

O que predomina é o dado imediato do que se vê, ouve, sente, faz, produz, consome, desfruta, carece, sofre, padece. É como se uns e outros, indivíduos e coletividades, em sua grande maioria e em todo o mundo, tivessem, de repente, sido jogados em um novo e vasto cenário, inesperado, assustador, deslumbrante.

No fim do século XX, quando já se anuncia o século XXI, estão em curso uma profunda e generalizada ruptura histórica. Estão sendo abalados os quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades, em todo o mundo. Abalam-se as condições e possibilidades, práticas e teóricas, reais e imaginárias, de uns e outros, no mundo inteiro. Uma ruptura de vastas proporções, desdobrando-se desigualmente pelos territórios e fronteiras, nações e nacionalidades, culturas e civilizações; mas atingindo mais ou menos radicalmente tanto as condições sociais como as mentais de referência com as quais povos e nações estavam habituados a viver e trabalhar, a sofrer, desfrutar, agir e fabular.

Em alguma medida, todas as formas de pensamento estão sendo desafiadas pela ruptura histórica em curso. É o que ocorre com a Economia, a Política, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, a Demografia, a Geografia e a História, sem esquecer a Filosofia e as Artes. Todas essas formas de pensamento ou linguagens estão sendo desafiadas pelas modificações reais e imaginárias em curso nos modos de

vida e trabalho, nas formas de sociabilidade e ideais, nos hábitos e expectativas, nas explicações e ilusões.

Há conceitos, categorias e interpretações sedimentadas ou amplamente aceitos nas ciências sociais que necessitam de redefinições, ou podem ser simplesmente abandonados; assim como outros precisam ser criados. Alteram-se mais ou menos drasticamente as acepções de tempo e espaço, envolvendo as nações de lugar, espaço, território e fronteiras, presente e passado, próximo e remoto, arcaico e moderno, contemporâneo e não contemporâneo. Os conceitos de nação, sociedade nacional, estado-nação, mercado, planejamento, trabalho, produção, produtividade, lucratividade, racionalidade, emprego, desemprego, pobreza, miséria e outros parecem exigir precisões e reformulações. Algo semelhante ocorre com os conceitos de partido político, sindicato, movimento social, corrente de opinião pública, povo, cidadão, representatividade, governabilidade, legislativo, executivo, judiciário, democracia, tirania, guerra, revolução.

Esse o clima em que se pesquisa e debate dilemas tais como os seguintes: integração e fragmentação, identidade e diversidade, nacionalismo e cosmopolitismo, sociedade civil nacional e sociedade civil mundial, neo-liberalismo e neo-socialismo, relativismo e universalismo.

Está em curso uma ruptura simultaneamente histórica e epistemológica. Nem todos, em todo mundo, se dão conta da profundidade e extensão dessas rupturas. Inclusive há os indiferentes, além dos céticos. E há muitos que preferem desconhece-las, apegando-se aos quadros sociais e mentais de referência com os quais se achavam habituados e acomodados. Mas todos estão sendo obrigados a agir, sentir, pensar e fabular, tendo em conta a negação ou o reconhecimento que há um vasto terremoto em curso no mundo.

A rigor, a ruptura histórica e a ruptura epistemológica, combinadamente ou não, é algo que tem ocorrido em vários momentos no longo dos tempos modernos. Quando se reflete sobre o mundo moderno, tendo em conta sua densidade geohistórica, político-econômica e sócio-cultural, logo se evidenciam diversas configurações, nas quais se verificam rupturas históricas e epistemológicas que assinalam os desenvolvimentos e os impasses da modernidade.

Em forma breve, cabe reconhecer que a modernidade se inaugura com os Grandes Descobrimentos Marítimos, a Renascença e a Reforma Protestante, sem esquecer a relevância do Novo Mundo no contraponto com o Velho Mundo. Aí estão Vasco da Gama, Colombo, Vesputio e Fernão de Magalhães, Copérnico, Galileu e Kepler, Maquiavel, Bacon, Giordano Bruno, Shakespeare, Camões e Cervantes. Seria possível enumerar hipóteses, interpretações e criações, envolvendo as ciências naturais e sociais, tanto quanto a filosofia e as artes, por meio das quais se demonstra que os séculos XVI e XVII assistiram a uma fundamental ruptura histórica e epistemológica, assinalando a gênese de alguns dos parâmetros fundamentais da modernidade.

É possível demonstrar que a transição do século XVIII para o século XIX também ocorre compreendendo uma ruptura simultaneamente histórica e epistemológica. Aí estão a Revolução Industrial Inglesa e a Revolução Francesa, as Guerras Napoleônicas e a descolonização do Novo Mundo, simultaneamente ao Iluminismo e à Enciclopédia. Essa é a época de Voltaire, Diderot, Rousseau, Kant, Hegel, Goethe, Beethoven, Adam Smith, Ricardo, Saint-Simon e outros.

Em fins do século XIX e inícios do século XX, novamente transformam-se os quadros sociais e mentais de uns e outros, a partir de hipóteses, interpretações e criações, além de práticas, que se mani-

festam desde as metrópoles européias. Ocorre a partilha da África, organizam-se e delimitam-se os imperialismos, desenvolvem-se as geoeconomias e as geopolíticas da França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Inglaterra, Rússia, Japão e Estados Unidos. Simultaneamente estão sendo iniciadas ou desenvolvidas criações tais como a fenomenologia de Husserl, a teoria da relatividade de Einstein, a psicanálise de Freud, o impressionismo na pintura, música e literatura, a filosofia da linguagem de Wittgenstein; e outras criações científicas, filosóficas e artísticas; sem esquecer a sociologia de Weber, a busca do tempo perdido de Proust e os escritos filosóficos de Bergson e William James.

Talvez se possa afirmar que algo semelhante está ocorrendo no fim do século XX. Está em curso uma ruptura simultaneamente histórica e epistemológica, abalando mais ou menos profundamente os quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades, em todo o mundo. Alguns inícios desse clima estão presentes nos escritos de Norbert Elias, Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein, Samir Amin, David Held, Samuel P. Huntington, Frederic Jameson, Zygmunt Bauman, Armand Mattelart, George Steiner, Marshall Beerman, Edgar Morin e outros; muitas vezes recuperando intuições, fragmentos ou mesmo premonições surpreendentes de autores passados, próximos e remotos.

Já são muitos, em todo o mundo, os que se sentem desafiados pelas relações, processos e estruturas que constituem a globalização. Seja os que reconhecem a globalização como evidente e inexorável, seja os que a vêem como mais uma manifestação do imperialismo, seja os que simplesmente a negam, seja os que a consideram como invenção do neoliberalismo, todos são desafiados, no sentido de reavaliar os seus quadros sociais e mentais de referência. É como se a globalização

se revelasse como um evento heurístico, desafiando convicções e exigindo interpretações. Tanto é assim que a globalização de que se fala nessa altura da história exige que se reflita o que é presente, que se reinterprete o passado e que se formule novas hipóteses ou ilusões sobre o que pode ser o futuro. Todos, em todo mundo, a despeito de suas convicções ou opções, estão colocados diante de dilemas e perspectivas suscitados pela transnacionalização, planeterização, mundialização ou globalização das coisas, gentes e idéias.

2. O NOVO MAPA DO MUNDO

Esta é a idéia ou hipótese fundamental: a globalização envolve a gênese e o desenvolvimento de uma vasta totalidade geohistórica e ou histórico-social, simultaneamente complexa, contraditória e abrangente. Tende a articular, impregnar ou mais propriamente determinar, às vezes decisivamente, indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais, governos e regimes, territórios e fronteiras, modos de vida e trabalho. Tudo e todos parecem continuar no mesmo lugar, como dentes, mas uns e outros, as coisas as gentes e as idéias, estão sendo tanto dinamizados e recriados como transfigurados ou dissolvidos.

Está em curso o desenho de um novo mapa do mundo, com outros traços, movimentos, coloridos, sonoridades, expressões, possibilidades e impossibilidades. O indivíduo pode ser o cidadão do mundo, sem prejuízo de ser ao mesmo tempo membro de uma coletividade local e regional, além de sua condição de membro desta ou aquela classe social. O Estado-Nação continua a ser Estado-Nação mas são outras as condições e as possibilidades da soberania. Ao mesmo tem-

po, modificam-se as condições e as possibilidades do partido político, sindicato, movimento social e corrente de opinião pública. Acontece que os quadros sociais e mentais de referência passam a ser mais decisivamente influenciados pelas corporações da mídia impressa e eletrônica, que adquire todas as características de um “príncipe eletrônico”. Sendo assim, alteram-se, dinamizam-se ou mesmo limitam-se drasticamente as condições e as possibilidades de construção de hegemonias alternativas, por meio das quais poderiam manifestar-se setores, grupos e classes sociais subalternos.

Assim como se alteram as condições e possibilidades de soberania, também se alteram as condições e possibilidades de construção de hegemonias alternativas. Nesse sentido é que tanto se modificam os papéis dos partidos e sindicatos como dos movimentos sociais e correntes de opinião pública. Alteram-se, às vezes radicalmente as condições de formação e desenvolvimento de consciência social de indivíduos e coletividades. É óbvio que a mídia, em geral, passa a influenciar mais ou menos decisivamente as mentes e os corações de uns e outros, em todo mundo. Podem produzir-se ou fabricar-se unanimidades surpreendentes, insólitas ou assustadoras, inclusive lançando mão da estetização, sensualização, satanização ou beatificação, conforme os interesses predominantes na ocasião.

Ocorre que o capitalismo, visto em perspectiva histórica de longa duração, logo se revela como modo de produção e processo civilizatório. Desde os primeiros momentos da sua gênese, ele tem criado e recriado, dissolvido e transfigurado, modos de vida e trabalho, formas de sociabilidade e idéias, instituições jurídico-políticas e estilos de pensamento.

Nesse sentido é que cabe lembrar as grandes navegações, descobrimentos e conquistas iniciados desde fins do século XV e amplamente dinamizados no longo dos tempos modernos. Nesse vasto cenário geohistórico, desenvolvem-se o Mercantilismo, o Colonialismo, o Imperialismo e o Globalismo, em geral mesclados e reciprocamente referidos, atritando-se e fertilizando-se. Há algo de acumulação Originária desenvolvendo-se permanentemente e reiteradamente no curso da expansão do capitalismo pelos quatro cantos do mundo. Assim como há algo de Colonialismo e Imperialismo permeando continua e reiteradamente o Globalismo.

Esse é o vasto cenário geohistórico no qual se desenvolve o Nacionalismo, o Tribalismo e o Regionalismo, compreendendo as suas expressões ou singularidades político-econômicas, sócio-culturais, linguísticas, religiosas e outras. Talvez se possa lembrar que essas são configurações histórico-sociais, ou geohistóricas, em geral inseridas, subordinadas ou até mesmo preponderantes, conforme a época, no âmbito do Colonialismo, Imperialismo ou Globalismo.

Cabe reconhecer, pois, que a globalização, a globalidade ou o globalismo compreende um novo surto de expansão das forças produtivas e relações de produção capitalistas. Algo que é inerente à dinâmica do capital, já evidente nos primórdios, adquire amplitude e intensidade crescentes durante a Guerra Fria, alcançando amplitude e intensidade excepcionais com a desagregação do Bloco Soviético, do Mundo Socialista. É como se as nações nas quais se havia experimentado o regime socialista se transformassem, de repente, em vasta e lucrativas fronteiras de expansão do capitalismo. É como se a Acumulação Originária, em sua acepção genética e estrutural, adquirisse novo ímpeto, em escala transnacional e eletrônica. Esse o ambiente em que

e desenvolve uma espécie de “revolução agrária” de alcance mundial. Em diferentes gradações, o *agro-business* floresce em nações, continentes, ilhas e arquipélagos. De par-em-par com a maquinização e quimificação, expande-se a engenharia genética. As lavouras e as criações ingressam em uma nova etapa de organização, dinamização, produtividade e lucratividade. Muitos trabalhadores rurais assalariados e pequenos proprietários são deslocados, realocados, proletarianizados, desempregados ou forçados a migrar. A nova transnacional do trabalho e da produção provoca não só a industrialização como também a urbanização, vista inclusive como modo de vida, padrão de sociabilidade, inserção na sociedade informática. São tantas e tais as mudanças sócio-culturais e político-econômicas que ocorrem na agropecuária, envolvendo assalariados, pequenos proprietários, grandes proprietários, processos fordistas e pós-fordistas, engenharia genética e meios eletrônicos de informação e decisão, que se pode dizer que está em andamento a dissolução do mundo agrário. Sim, modifica-se drasticamente significado histórico-social do mundo agrário quando se dissolvem as “antigas” contradições campo- cidade ou agricultura-industrial. O *timing* da dinâmica das forças produtivas empregadas na agropecuária aproxima-se crescentemente do *timing* do fordismo, pós-fordismo, toyotismo e outras inovações ou recriações dos processos de trabalho e produção.

É evidente que a corporação transnacional está na base do processo de globalização. Trata-se de um produto e condição do modo pelo qual se transnacionalizam e dinamizam o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho e o planejamento, em escala nacional, regional e mundial. Sim, a corporação é ininteligível sem o planejamento mais ou menos sofisticado dos meios de fins, realidades

e potencialidades, competições e alianças, monopolização e cartelização. Cada grande corporação desenvolve a sua geoeconomia; assinala espaços ocupados, potenciais e a disputar; desenha o seu mapa de mundo. *O mesmo neoliberalismo que sataniza o planejamento econômico governamental santifica o planejamento econômico empresarial*, favorecendo assim a reprodução ampliada do capital e o predomínio da visão econômica do mundo.

Esse o cenário em que os territórios e as fronteiras nacionais transformam-se, provavelmente mais do que nunca, em segmentos de mercados regionais e mundiais. O Estado-Nação tende a ser desafiado a ajustar-se às propostas, injunções, vantagens ou imposições apresentadas pelas corporações. Em diferentes gradações, conforme a força e autonomia, ou debilidade e dependência da economia nacional, isto é, do Estado-Nação, a corporação adquire maior ou menor presença na maneira pela qual organizam e movem as políticas econômico-financeiras nacionais. Esse o contexto em que algumas organizações multilaterais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD), a Organização Mundial do Comércio (OMC), Grupo dos sete (G7) e outras revelam-se guardiãs da “saúde” econômica mundial e nacional, mas sempre tendo em conta também a garantia das condições propícias só funcionamento e à expressão das corporações transnacionais. Vistas em conjunto e em suas peculiaridades, *as organizações multilaterais e as corporações transnacionais revelam-se na prática poderosas estruturais mundiais do poder, em geral sobrepondo-se à maioria dos estados nacionais*.

Assim, formam-se, desenvolvem-se e expandem-se poderosas *tecnoestruturas mundiais*. Além das tecnoestruturas que dirigem e operam as corporações, por um lado, e as organizações multilaterais,

Por outro, também se formam e desenvolvem as agências de *rating*, os *think tanks*, os escritórios de assessoria e consultoria, as corporações do marketing e as corporações da mídia. São muitas as tecnoestruturas realizando diagnósticos e prognósticos, *lobbings* e “vasamentos” de informações, de tal modo que o cenário mundial se povoa de especialistas, técnicos, gerentes, *managers*, *ceos* e muitos outros profissionais originários dos mais diversos setores de atividade científicas e tecnológicas e extra-acadêmicas. É toda uma vasta população de intelectuais de todas as especialidades, compondo o que podem ser diversos *intelectuais coletivos e orgânicos*, operando grande parte da máquina do mundo. São muitas, autônomas ou articuladas, associadas ou divergentes, competitivas ou cartelizadas, as tecnoestruturas atuando em escala mundial. São ativas e decisivas no modo pelo qual se desenvolve a globalização pelo alto. Em larga medida, as poderosas tecnoestruturas que operam a máquina do mundo localizam-se nas grandes cidades, verdadeiras metrópoles de novo tipo ou *cidades globais*. Nelas tomam-se decisões que transcendem territórios e fronteiras, governos e regimes, indivíduos e coletividades.

3. A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL MUNDIAL

À medida que se desenvolve a nova divisão transnacional do trabalho e da produção, acompanhada da formação de cidades globais e da organização de novas estruturas mundiais de poder, tudo isso dinamizado pela “revolução informática”, desenvolvem-se também e necessariamente as bases da sociedade civil transnacional. Todos estes são elementos que se criam, dinamizam e transformam conjuga-

damente, sempre também atravessados por tensões e contradições. F todos, em conjunto, formam e conformam os lineamentos de uma *Sociedade Civil Mundial*. Uma sociedade civil em que estão presentes e ativas as sociedades nacionais. Influenciando-se reciprocamente, bem como compoendo e desafiando a sociedade mundial. Aos poucos, ou de-repente, conforme a sociedade desta ou aquela nação ou região formam-se a consciência de que as coisas, as gentes e as idéias desterritorializam-se. Tanto se impõem dilemas como se abrem horizontes. No mesmo curso de globalização, orquestrada pelo neoliberalismo em termos práticos, teóricos e ideológicos, indivíduos e coletividades, nações e nacionalidades, línguas e religiões são colocados em confronto, tensionados, mesclados, atritados, recriados ou transfigurados.

Outras vez, na história do mundo moderno, reabre-se a controvérsia sobre o internacionalismo e o cosmopolitismo, ao lado do nacionalismo, regionalismo e localismo. Outra vez, está em causa a idéia de liberdade e igualdade, direitos e obrigações, equidade e justiça, tirania e democracia, guerra e paz, soberania e hegemonia, capitalismo e socialismo. O que foi suscitado pelas revoluções inglesa e francesa assim como o que foi pensado por Adam Smith, Ricardo, Rousseau, Kant, Hegel e Marx, entre outros, em termos de internacionalismo e cosmopolitismo, torna a ser suscitado pela globalização; e pensado por uns e outros, em várias partes do mundo. Mais uma vez na história do mundo recriam-se os ideais e as práticas voltadas para as possibilidades de uma sociedade civil mundial, um conjunto de contratos sociais de alcance transnacional e alguns horizontes de realização do cosmopolitismo das coisas, gentes e idéias. O que estava na utopia dos iluministas e seus continuadores, torna a colocar-se em uma época em que se pode falar efetivamente em sociedade civil mundial, cidadão do

mundo e história universal. Esta pode ser a época em que a idéia de história universal adquire maior concretividade, depois dos vários ensaios esboçados em outros tempos.

Neste ponto, é fundamental observar que as organizações não governamentais (ONGs), em separado, em conjunto e também em colaboração com a Organização das Nações Unidas (ONU), estão desenvolvendo um tecido muito importante da sociedade civil mundial. Além das atividades e conferências, dos debates e diretrizes, já são notáveis as realizações dessas entidades no que se refere a: meio ambiente, energia atômica, armas químicas, proteção de populações nativas, direitos da mulher, da criança e de etnias, violência urbana, terrorismo de Estado e outros problemas que se reiteram, agravam ou criam no âmbito da sociedade mundial; sem esquecer que as suas manifestações ocorrem tanto em escala nacional como local e regional; muitas vezes determinados pelos jogos das forças sociais em âmbito mundial.

Quando se fala de globalização, reconhecendo-se que se trata da globalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório, estão em causa a *ocidentalização do mundo* e, simultaneamente, a *modernidade-mundo*. Enquanto processo civilizatório e modo de produção, a globalização desenvolve e generaliza formas de sociabilidade e jogos de forças sociais. De par-em-par com o mercado, a empresa, a corporação, o conglomerado, o monopólio e a cartelização, desenvolvem-se a divisão transnacional do trabalho e da produção, compreendendo a reprodução ampliada do capital e o desenvolvimento desigual, contraditório e combinado das forças produtivas e das relações de produção. Portanto, germinam-se processos de integração e fragmentação, simultaneamente às diversidades e desigualdades.

A ocidentalização e a modernidade não operam de modo homogêneo, unívoco, harmônico e contínuo. Esbarram em várias, diferentes e poderosas formações sociais nacionais e regionais, compreendendo formas de sociabilidade e jogos de forças sociais, além de tradições mais ou menos densas e distintas das que predominam no Ocidente. Simultaneamente, desenvolvem-se outros processos civilizatórios.

A rigor, a ocidentalização não impede que ocorra, ao mesmo tempo, a orientalização. São muitos os indícios de que está em curso um vigoroso processo de *orientalização do mundo*, tanto no que se refere a técnicas e práticas econômicas como no relativo a elementos culturais, compreendendo o taoísmo, a ioga, a acupuntura, a meditação e outros. Desde os primórdios dos tempos modernos, e em diferentes surtos mais ou menos intensos desde então, difundem-se e assimilam-se signos, símbolos e emblemas originários da China, Índia, Japão e outras sociedades orientais; muitas vezes com elementos mais ou menos notáveis de islamismo.

Também difundem-se e assimilam-se elementos sócio-culturais das civilizações da África e do que foi o Novo Mundo. Há algo de *africanismo* e *indigenismo*, além do *orientalismo* e do *ocidentalismo* nas configurações e movimentos que constituem o caleidoscópio cultural da sociedade mundial. Há toda uma vasta movimentação de signos, símbolos e emblemas sócio-culturais de todas as partes, ainda que pareçam predominar os de origem ocidental. Estes, com frequência são reafirmados, desafiados, mesclados ou mesmo recriados no contraponto com os outros. São processos civilizatórios diversos, com os quais se desenham os arco-íris recobrando e impregnando a sociedade civil mundial. Está em curso algo que se pode denominar de *transcul-*

turação, mesclando elementos sócio-culturais e outros, em escala mundial, constituindo uma dimensão fundamental da humanidade.

Nesse sentido é que a sociedade civil mundial forma-se e desenvolve-se compreendendo signos, símbolos e emblemas sócio-culturais que podem ser tomados como indícios de uma cultura mundial. Uma cultura que parece um caleidoscópio surpreendente, simultaneamente labiríntico e articulado, vivo e em movimento, atravessado por processos civilizatórios antigos e recentes. Aí tornam a colocar-se como necessários e ideais, reais e imaginários, valores tais como: liberdade e igualdade, equidade e justiça, democracia e cidadania, emancipação e desalienação.

Êstes são princípios básicos da modernidade, ensaiados larga e dificilmente no âmbito do Estado-Nação. Liberdade, igualdade, equidade, justiça, democracia, cidadania, emancipação e desalienação são emblemas exemplares de toda a história política do mundo moderno; tornam-se mais ou menos essenciais, tanto no âmbito da teoria como da prática, norteados organizações políticas, regimes políticos, lutas sociais, soluções e impasses, formas de consciência, utopias. No entanto, realizaram-se e continuam a realizar-se precariamente no âmbito da sociedade nacional, do Estado-Nação ou do processo que se convencionou denominar de Revolução Burguesa. A história do mundo moderno demonstra que o Estado-Nação, enraizado na sociedade de classes, com as suas articulações e contradições étnicas, de gênero, religiosas e lingüísticas, simultaneamente contradições sociais e político-econômicas, não dissolveu nem reduziu as desigualdades; em geral apenas modificou as suas articulações, hierarquias, distâncias, barreiras.

Sim, este é o dilema: a formação e o desenvolvimento da sociedade civil mundial depara-se com o desafio de recolocar-se as condições e as possibilidades de realização da *democracia política e social*. O que tem sido realizado precariamente no âmbito da sociedade nacional, recoloca-se como objetivo e ideal, ou possibilidade e quimera, no âmbito da sociedade mundial.

4. O RETORNO DA QUESTÃO NACIONAL

Na época da globalização, praticamente tudo o que diz respeito à economia e à sociedade nacionais é posto em questão. Abalam-se não só as idéias e convicções, mas também as formas de organização do trabalho e as instituições. O território e as fronteiras adquirem outros significados, tanto porque perdem os antigos como porque se busca resgata-los; mas principalmente porque de fato transformam-se. Modificam-se as condições de existência e as possibilidades de atuação dos partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião pública. Os grupos sociais e as classes sociais parecem mudar de significados, ao mesmo tempo que se estruturam e passam a atuar ainda mais determinados por relações, processos e estruturas de alcance mundial. O indivíduo pode ser a célula do consumismo, sendo levado a confundir cidadania com mercadoria. A mídia se apresenta como o grande e ubíquo partido político, uma espécie de “príncipe eletrônico” influenciado decisivamente corações e mentes. E o Estado revela-se principalmente um vasto aparelho administrativo, de tal forma que os governantes se mostram como funcionários recitando principalmente diretrizes de cunho econômico-financeiras, em geral

de acordo com as orientações ou injunções de corporações transnacional e organizações multilaterais.

Sim, está em curso uma drástica transformação das relações entre Estado e a Sociedade. O metabolismo Estado-Sociedade que se havia estabelecido e desenvolvido em épocas anteriores, em termos de projetos nacionais, capitalistas e socialistas, é rompido por todos os lados, em pouco tempo, em todo o mundo.

A “Reforma do Estado”, delineada, induzida ou simplesmente imposta pelas corporações transnacional e organizações multilaterais, destacando-se entre estas o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD) é o processo pelo qual se define e põe em prática a transformação das relações do Estado com a economia e finanças, a mudança dos sistemas de saúde, educação e previdência e a reforma das relações de trabalho. Trata-se de reduzir a presença do Estado, em termos de planejamento governamental e empresas produtivas estatais, mas garantindo as regras do jogo, de tal modo que as forças econômico-financeiras privadas possam desenvolver-se. Privatizam-se empresas e setores de atividades, tais como educação, saúde e previdência, nos quais passam a desenvolver-se empresas privadas nacionais e transnacionais.

As diretrizes inauguradas pelo neoliberalismo, que informa a teoria, a prática e a ideologia do FMI e BIRD, bem como dos que adotam a orientação dessas organizações, traduzem-se em decisões e práticas destinadas a favorecer a formação de “mercado emergentes”. Não se trata mais de países em “desenvolvimento”, em “industrialização”, empenhados na “substituição de importações” ou organizados em termos de “planejamento governamental”, em busca de soberania econômica, além da política. Trata-se de “mercados emergentes”, que

se constituem e desenvolvem na medida em que adotam as diretrizes delineadas ou simplesmente impostas pelas organizações multilaterais, secundadas pelas corporações transnacionais; em geral em favor destas.

É óbvio que as diretrizes das organizações multilaterais e corporações transnacionais encontram receptividade mais ou menos ampla nas “elites nacionais” dos mais diversos “mercados emergentes”, nos quais se haviam ensaiado projetos nacionais, capitalistas ou socialistas. São tais e tão fortes as injunções das organizações e corporações, que as “elites nacionais” logo se conformam, assumindo as suas diretrizes, os seus incentivos e os seus discursos. Em nome da “modernidade”, “produtividade”, “competitividade”, “qualidade total”, “lucratividade”, “entrada no primeiro mundo”, são muitas as elites empenhadas em satanizar e mutilar as conquistas político-econômicas e sócio-culturais que se haviam realizado com base em projetos nacionais.

É importante relembrar e reconhecer que as organizações e as corporações detêm uma grande capacidade de pressão, indução ou imposição. São poderosas e ubíquas tecnoestruturas mundiais, apoiadas em recursos científicos e tecnológicos de todos os tipos, compreendendo *lobbings* e *think tanks*; inclusive capazes de influenciar decisivamente a mídia mundial, os meios de comunicação de massas, isto é, a indústria cultural. Há algo de uma espécie de orquestração mundial, de tal maneira que “globalização”, “modernização”, “racionalização”, “mercado emergente”, “produtividade”, “competitividade”, “lucratividade” e “qualidade total” parecem conjugar-se fluentemente, desenhado um mundo integrado, harmônico e ideal, como se realizasse gloriosamente “o fim da geografia” e “o fim da história”.

Mas esse processo não se desenvolve sem antes e simultaneamente desenvolver-se um vasto e sofisticado processo de satanização do planejamento econômico governamental, capitalista e socialista; de toda e qualquer forma de nacionalismo econômico e financeiro. O maniqueísmo é explícito e elementar: mercado ou planejamento, progresso ou retrocesso, modernidade ou atraso, primeiro mundo ou terceiro mundo, norte ou sul.

Mais uma vez, cabe reconhecer que tanto as corporações transnacionais como as organizações multilaterais são poderosas tecnoestruturas mundiais, em geral atuando na mesma direção. Detêm recursos materiais e organizatórios, jurídico-políticos e institucionais, científicos técnicos, eletrônicos e informáticos, maiores do que a maioria dos Estados nacionais. Além disso, localizam-se em cidades globais, a partir das quais operam à revelia de governos nacionais, tanto quanto de indivíduos e coletividades, classes e grupos sociais.

O que está em curso, quando se adotam as medidas destinadas à reforma do Estado ou ao desenvolvimento do mercado emergente, é a pura e simples substituição do *projeto nacional* pelo *projeto transnacional*. *Em pouco tempo a economia nacional transforma-se em uma província do capitalismo global*. Algo que tem ocorrido no longo da história, em moldes de colonialismo e imperialismo, adquire outro ímpeto com o globalismo.

O Estado, enquanto instituição jurídico-política, compreendendo o legislativo, o executivo e o judiciário, é levado a acentuar o seu caráter de aparelho administrativo. Um aparelho administrativo articulado, muitas vezes decisivamente, com as organizações multilaterais e as corporações transnacionais. São articulações que favorecem a associação de empresas, a privatização e a transnacionalização de empre-

sas produtivas estatais, bem como dos sistemas de educação, saúde e previdência. Articulações que envolvem a manipulação do *ecodumping* e do *social-dumping*, de modo a favorecer a fome das corporações transnacionais por força de trabalho barata, em sociedades nas quais corre livre a privatização dos espaços ecológicos ou recursos ambientais. Sob vários aspectos, o Estado revela-se, predominantemente, um aparelho administrativo acoplado com as estruturas mundiais de poder, ou os blocos mundiais de poder; uma espécie de tecnoestruturas auxiliar, um elo de transmissão das decisões e práticas adotadas pelas tecnoestruturas mundiais.

Sob vários aspectos, a econômica política da reforma do Estado revela-se uma matriz importante de problemas sociais. Ocorre que a economia política da reforma atinge todo o arcabouço das sociedade nacional, compreendendo o Estado e a Sociedade Civil. Essa reforma modifica mais ou menos drasticamente todo o conjunto das instituições e políticas, objetivos e meios, que se haviam criado em função do projeto nacional que se havia adotado em muitos países, seja em moldes capitalistas seja em moldes socialistas. Trata-se de uma reforma que implica em romper radicalmente o metabolismo sociedade civil e Estado que se havia desenvolvido com o projeto nacional.

Esta é a realidade: quando se trata de avaliar qual o lugar do Estado-Nação no novo mapa do mundo, logo se verifica que estão em cursos vários processos de profundas implicações.

Primeiro, abandonam-se os projetos de *capitalismo nacional* e *socialismo nacional*, adotando-se em todos os casos o projeto de *capitalismo transnacional*; de tal modo que a economia nacional deixa literalmente de existir, transformando-se em mera *província do capitalismo global*. Em lugar da progressiva interiorização dos centros de-

decisórios, de par-em-par com a “industrialização substitutiva de importações”, ocorre a exteriorização dos centros, decisórios, de par-em-par com a “industrialização voltada para a exportação”, ou a dinamização do “mercado emergente”, isto é, da economia nacional como elo, segmento ou província do capitalismo global. Segundo *desenvolve-se um intenso e generalizado processo de dissociação entre o Estado e a Sociedade Civil*. As influências predominantes no âmbito do aparelho estatal são ditadas pelos interesses das corporações transnacionais, enquanto que os interesses predominantes na sociedade estão enraizados nas condições de vida e ideais de classes e grupos sociais que compõem a grande maioria dos assalariados, trabalhadores dos diversos setores produtivos, compondo a vasta maioria do povo; sofrendo as desigualdades de todos os tipos. Sem esquecer que uma parte importante dessa população está obrigada a flutuar entre emprego e desemprego, estabilidade e terceirização, contrato de trabalho “permanente” e “sazonal”, desemprego conjuntural e desemprego estrutural, migrações transnacionais e transcontinentais, pobreza e miséria, pauperização e lumpenização.

Terceiro, está em curso a *crescente transformação do Estado em aparelho administrativo das classes dominantes ou blocos de poder dominantes em escala mundial*. São muitas, crescentes e decisivas as determinações que a dinâmica do mercado mundial, o predomínio das corporações transnacionais e a intensa globalização das forças produtivas (compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho, o mercado, o planejamento e a violência) incutem em tudo o que é nacional; sempre transbordando para tudo o que é transnacional.

Sob vários, aspectos, pode-se afirmar que terminou um ciclo da história da sociedade civil e Estado nacionais, ou do Estado-Nação. Toda uma larga e complicada história de indivíduos e coletividades, classes sociais e grupos sociais, nações e nacionalidades, envolvendo formas de sociabilidade, organizações, instituições e jogos de forças sociais, sempre em âmbito nacional, toda essa larga e complicada história está em declínio. Mais uma vez, revela-se que a nação é um processo histórico-social, sempre em transformação, atravessada por movimentos de integração e desagregação, progresso e decadência, reforma e revolução; o produto de um jogo complexo de intermináveis tensões e acomodações, envolvendo classes e grupos sociais, em geral polarizados pelas possibilidades e ilusões de soberania, hegemonia, democracia e cidadania; e sempre atravessadas também por tiranias, violências, satanizações.

No âmbito da globalização do capitalismo, visto como modo de produção e processo civilizatório, alteram-se e inovam-se as formas de sociabilidade e os jogos de forças sociais, em escala diversa e mais abrangente do que se verificava em âmbito nacional, mesmo tendo-se em conta as implicações dos colonialismos e imperialismos. No âmbito da globalização, compreendendo a formação de uma sociedade civil mundial, as relações, os processos e as estruturas de dominação política e apropriação econômica envolvem outros, novos e poderosos jogos de forças sociais, polarizados em torno de soberania e hegemonia, democracia e tirania, guerra e revolução, alienação e emancipação.

5. A NOVA SOCIEDADE CIVIL NACIONAL

Na época da globalização, a sociedade civil nacional parece enfraquecer-se, desorganizar-se, perder-se, tornar-se amorfa, gelatinosa. Tanto é assim que os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos sociais e as correntes de opinião pública confundem-se, perdem a capacidade de expressar a dinâmica das forças sociais, entram em crise. Um fenômeno que se agrava com a transformação da mídia, cartelizada pelas forças que predominam no âmbito da globalização; é transformada em uma espécie de “príncipe eletrônico”. Grande parte do que é a vida política de indivíduos e coletividades, classes e grupos sociais, governos e regimes, parece localizar-se na mídia. Aí parece localizar-se a notícia e o noticiado, o dado e o significado, o relevante e o secundário, o acontecido e o esquecido. Além disso, cabe reconhecer que as fissuras e rupturas que abalam, modificam, desafiam ou debilitam a sociedade civil, na maioria dos países, têm sido fortemente determinadas pelo predomínio do componente econômico e quantitativo na vida das pessoas, indivíduos e coletividades. As dimensões sociais psico-sociais e sócio-culturais da vida de uns e outros parecem empobrecer-se, diante do amplo predomínio da produção, distribuição, troca e consumo. O próprio debate político, assim como o discurso dos governantes, contemplam principalmente questões de economia e finanças, trabalho e produção, sempre em termos de quantificação. Daí a impressão de que a sociedade civil se torna amorfa, desnor-teada, gelatinosa.

Este o complicado cenário em que se coloca a sociedade civil: o desafio de rearticular-se e mover-se, em busca de novos fins e meios, outras técnicas de organização, conscientização, atuação e luta, de

forma a realizar ideais de transformação e emancipação. Dada a crise do Estado-Nação, dadas as inovações, as reorientações e as distorções que a transnacionalização do capitalismo incutem na organização política, jurídica, econômica e financeira, sem esquecer a socio-cultural do Estado-Nação, grande parte da sociedade civil nacional é desafiada a mover-se, recriar-se e fortalecer-se. Trata-se de recriar e dinamizar instituições e organizações, atividades e ideais, de modo a realizar as possibilidades de desenvolvimento sócio-cultural e político-econômico que germinam continuamente na vida de indivíduos e coletividades, classes sociais e grupos sociais.

Para que a sociedade civil possa recriar-se e dinamizar-se nesse novo patamar da história, tendo-se em conta os impasses e os horizontes que se abrem, pode ser fundamental que os indivíduos e as coletividades, os grupos e as classes que formam a maioria do povo tomem consciência da nova configuração histórico-social, ou geohistórica em que se encontram, do terremoto que abala os quadros sociais e mentais de referência que se haviam estabelecido, que pareciam consolidados. O desafio é recriar a sociedade civil nacional no âmbito das relações, processos e estruturas que se desenvolvem com a globalização, no âmbito da sociedade civil mundial em formação. São configurações histórico-sociais reciprocamente referidas, imbricadas, contraditórias e constituídas.

Este o desafio: recriar a sociedade civil e o Estado, ou o Estado-Nação, no âmbito da globalização, da sociedade civil mundial em formação. Trata-se, pois, de repensar e recriar partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião sensíveis tanto às forças e tendências que operam em escala nacional como as que operam em escala mundial. Podem ser forças e tendências que as associam,

convergem e fortalecem; assim como há as que divergem ou degladiam. Esse o contexto em que se desenvolvem as condições de vida e trabalho, atividades e ideais, de uns e outros, em todo o mundo.

Já são numerosos os movimentos sociais, organizações e instituições criados por indivíduos e coletividade de diferentes países, em todo o mundo, empenhados em mobilizar, conscientizar e reivindicar outras e novas condições de vida e trabalho. Desde a Organização das Nações Unidas (ONU) e as diversas instituições que a compõem, até as associações de bairro, aos grupos sociais organizados em torno de etnia, gênero, meio ambiente, proteção de populações nativas, além de outras propostas, já são numerosos os movimentos, organizações, instituições, programas e ideais expressando as inquietações da nova sociedade civil em formação, em âmbito nacional e mundial. Aos poucos, formam-se novas redes de movimentos, organizações e instituições, tecendo outras e novas formas de sociabilidade. Outra vez, torna-se possível falar em internacionalismo, cosmopolitismo ou cidadão do mundo; simultaneamente ao reconhecimento de que a cidadania nacional está sendo necessariamente reformulada. Sob vários aspectos, cabe reconhecer que está em curso ciclo da história nacional, no âmbito da história universal.

Primeiro, cabe repensar a teoria e a prática da soberania nacional, tanto em termos de regionalismo como de globalismo; não mais apenas em termos de nacionalismo.

Segundo, cabe repensar a teoria e a prática da hegemonia, se pensamos não só na hegemonia estabelecida “desde cima”, com a “globalização pelo alto”; mas pensarmos também nas condições e possibilidades de construção de novas e alternativas hegemonias, “desde

“desde baixo”, com base na organização, conscientização e luta das classe sociais e grupos sociais subalternos.

Terceiro, cabe repensar as formas de organização, conscientização e lutas envolvidas nas atividades de partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião pública, compreendendo não só o local e o nacional, mas também e necessariamente regional e o mundial. Em alguma medida, todos precisam transbordar dos territórios e fronteiras nacionais, articulando transnacionalizações, de modo a realizar também conquistas nacionais.

Quarto, cabe repensar as condições e as possibilidades da democracia e cidadania, em âmbito nacional, regional e mundial, tendo-se em conta que a soberania, a hegemonia e as organizações e instituições de conscientização e luta estão lançadas em escala não só nacional, mas também regional e mundial.

Quinto, por fim, cabe reconhecer que a sociedade global, na qual a sociedade nacional está presente como elo necessário, fragmento indispensável ou província, é o palco em que se desenvolvem continuamente e reiteradamente as tensões, imbricações, acomodações e contradições que movimentam toda essa história.

6. FEDERALISMOS

Globalização rima com integração e fragmentação. Esta tem sido a realidade observável em todo o mundo : a integração mundial, propiciada pelo surto de globalização, desenvolve-se de par-em-par com a desintegração nacional. São muitos os países nos quais se ensaiavam projetos nacionais de tipo capitalista e de tipo socialista nos

quais surgem ou ressurgem localismos, provincianismos, anacronismos, xenofobias, etnicismos, racismos, fundamentalismos e nacionalismos; ou fissuras e rupturas de todos os tipos, algumas vezes não só surpreendentes, mas arqueológicas, ainda que evidentes. Em todo o mundo, naturalmente em diferentes gradações, verifica-se que o processo de globalização tanto envolve a homogeneização como a diversificação, da mesma maneira que a integração e a fragmentação. Nesse sentido é que o mapa do mundo que se desenha com o globalismo, a globalidade ou a globalização, aparece como um vasto cenário geohistória, político-econômico e sócio-cultural, no qual está em curso um terremoto de amplas e profundas implicações.

Esse o mapa do mundo no qual ocorrem os *processos de desintegração*, tais como na Rússia, Tchecoslováquia e Iugoslávia; com manifestações evidentes na Itália, Espanha, China, Canadá e outras nações; sem esquecer que se reabre a controvérsia nação, reino, tribo, etnia, cultura, língua, religião em várias partes das Américas, África e Ásia, compreendendo a Oceania e o Caribe. É como se o terremoto da globalização estivesse provocando tanto a emergência de fissuras e rupturas como a ressurgência de diversidades, identidades, desigualdades e contradições, antigas, seculares, não resolvidas; e reavivadas pelas relações, processos e estruturas que movimentam a globalização.

Esse o contexto mundial no qual estão atuando as organizações multilaterais regionais e globais. São estruturas regionais e globais de poder que prenunciam intentos de resolução de impasses, tensões e antagonismos, em geral suscitados ou dinamizados pelo globalismo; mas também ressoando controvérsias anteriores, antigas ou recentes, herdadas de colonialismo e imperialismo, de permeio a nacionalismos.

Estes podem ser os termos da equação: a globalização cria tantos e tais desafios para o Estado-Nação que logo se exacerba o nacionalismo, dando origem tanto a políticas protecionistas como a propostas de integração regional. Sob certos aspectos, o regionalismo pode ser visto como um intento de agrupar, fortalecer e proteger economias nacionais, integrando-as em bloco político-econômico regional. Simultaneamente, no entanto, as relações, os processos e as estruturas que formam e dinamizam a globalização invadem, influenciam ou mesmo predominam na região. Outra vez, estes são os termos da equação: globalismo rima tanto com nacionalismo como com regionalismo, sempre determinando-se e desafiando-se reciprocamente.

Esse é o cenário geohistórico, com suas implicações político-econômicas e sócio-culturais, em que uns e outros, em todo mundo, começam a falar em *federalismo*. Diante da integração e fragmentação, bem como das fissuras e rupturas em curso no mundo, muitos começam a dedicar-se à teoria e prática do federalismo; ou de *federalismos*.

São principalmente três as polarizações do federalismo de que se fala na época do globalismo. Não se excluem, podem conjugar-se, assim como podem tensionar-se. Expressam a dinâmica de três configurações histórico-sociais específicas: nacional, regional e mundial. Sendo que estas configurações nem são plenamente estruturadas nem se acomodam tranquilamente, seja interna seja externamente. Há sempre algo de não-contemporaneidade no modo pelo qual se articulam, movem ou tensionam. As economias e sociedade nacionais, regionais e mundiais encontram-se em processo, desenvolvendo-se, conjugando-se, tensionando-se ou mesmo dispersando-se. São como que nebulosas em formação, movimento e transformação.

Já está em marcha uma espécie de *federalismo mundial*. Na prática, está operando instituições, entidades, práticas, idéias e interpretações por meio das quais se executa uma espécie de federalismo transnacional, mundial ou global. Em suas linhas principais, esse é um federalismo formulado e praticado “desde cima”, a partir dos interesses que prevalecem na globalização do capitalismo, traduzindo-se em estruturas mundiais de poder, evidentemente com implicações regionais e nacionais.

Já se fala em “governo mundial”, por meio do qual se busca articular diversidades e desigualdades, de modo a conjugar o que for possível na direção do mercado, da dinamização das forças produtivas ou da produção e reprodução em escala ampliada. Com base na idéia e prática da interdependência das nações, da redução ou mesmo anulação das fronteiras geográficas, econômicas, políticas, culturais e sociais, são muitos os que preconizam e buscam por em prática organizações multilaterais, ou estruturas mundiais de poder, destinadas a acomodar e dinamizar as idéias e práticas de uns e outros, em todo mundo, na direção do neoliberalismo, como teoria, prática e ideologia. Nessa direção situam-se o FMI, o BIRD e a OMC, bem como bancos transnacionais e outras organizações multilaterais, mundiais e regionais. Em outros termos, é aí que se inserem as instituições que compõem a família da ONU. Em outros termos, ainda, é aí que se localizam as corporações transnacionais, articulando empresas e conglomerados, alianças e fusões, oligopólios e monopólios, ou cartelizações, em âmbito nacional, regional e mundial.

Há organizações multilaterais que, a despeito de serem regionais ou setoriais, muitas vezes exercem influências mundiais. Podem ser vistas como outras entidades compondo na prática e federalismo si-

multaneamente regional e mundial. Esse pode ser o caso de entidades tais como as seguintes: organizações para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Grupo dos Sete (G7) e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), entre outras. Sim, essa é a realidade: organizações multilaterais, governamentais e privadas, podem operar, simultaneamente, como práticas de federalismo e práticas de cartelização. Em dadas conjunturas, podem revelar-se federativas, ao passo que em outras, revelam-se artifícios de cartelização. Mais uma vez, como sempre, a economia e a política mesclam-se e determinam-se, como na formulação primordial “economia política”.

Simultaneamente ao federalismo mundial, está em marcha o que se pode definir como *federalismo regional*. São várias as organizações multilaterais regionais, por meio das quais se desenvolve a formação e o desenvolvimento de fins e meios formulados de maneira a atender à dinâmica econômica de países associados. É o que se pretende com entidades tais como as seguintes: União Européia (UE), Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), Mercado Comum da América do Sul (MERCOSUL), Associação das Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN), Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO), Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) e outras. Algumas dessas entidades não se firmaram ainda, ou talvez nem se firmem. Outras parecem mais ativas, estruturadas. Formam redes incipientes ainda, ou mais articuladas, assinalando a emergência de federalismos regionais.

Cabe reconhecer, no entanto, que as entidades, instituições e organizações regionais estão influenciadas, ou predominantemente determinadas pelas corporações transnacionais interessadas em operar mais livremente nas regiões, incentivando a abertura de mercados, que

passam a ser chamados de “mercados emergentes”. Em muitos casos, é evidente a conjugação dos interesses, pressões e atividades das corporações na maneira pela qual se cria e dinamiza o federalismo regional. Sim, os Estados nacionais são desafiados a iniciar, organizar e desenvolver políticas de aberturas de mercados, de associação de empreendimentos governamentais e privados, de favorecimentos de fluxos de fatores da produção, de criação e deslocamento de estabelecimentos industriais, comerciais e financeiros, segundo os interesses e as decisões de corporações empenhadas em iniciar, dinamizar ou diversificar atividades na região.

Cabe registrar aqui a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sem esquecer a Organização do Tratado da Ásia Oriental do Sul (SEATO), o Pacto do Pacífico (ANZUS) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Enquanto uma poderosa estrutura militar, também política e econômica, centrada nos Estados Unidos da América do Norte e Europa Ocidental, a OTAN funciona como o principal braço armado do Ocidente na manutenção da hegemonia mundial dos Estados Unidos, associados às nações que compõem a Europa Ocidental, empenhados na administração do mundo, por dentro e por fora da ONU. Trata-se de uma organização básica da geopolítica norteamericana e européia, com possibilidades de irradiação por outras partes do mundo; podendo eventualmente associa-se às outras organizações militares criadas a partir da geopolítica da Guerra Fria, e preservadas após o término desta. Do ponto de vista formal, isto é, jurídico-político, a OTAN é uma organização multilateral federativa, cujos membros participam das decisões e operações. De fato, no entanto, ela opera principalmente de conformidade com as decisões e os objetivos, ou simplesmente os interesses, dos Estados Unidos. Assim, a OTAN

pode ser vista como mais um exemplo de federalismo, mas desde um núcleo predominante de poder, como ocorre com o FMI, o BIRD; com sérias implicações para as nações e os povos atingidos ou influenciados por suas decisões e atividades.

Na maioria dos casos, o *federalismo nacional* tem muito de endógeno. Nasce e dinamiza-se a partir de forças político-econômicas internas. E mobiliza experiências e inquietações anteriores, ou mesmo antigas, já são muitas as nações atravessadas pelas disparidades e desigualdades internas. São disparidades e desigualdades que envolvem não só a economia, mas também a política e a cultura, ou tudo o que é social. São diversidades e tensões também étnicas, lingüísticas, religiosas, além das que se traduzem no contraponto campo e cidade, agrário e industrial, sertão e litoral, vale e montanha, nativo e estrangeiro, colonizado e colonizador. Esse o contexto em que germina a necessidade e a urgência da federação. Esse o dilema básico de muitas nações, compreendendo não só a Índia e o México, a África do Sul e o Brasil, mas também a Itália e a Espanha, a Rússia e os Estados Unidos.

Mas cabe reconhecer que a ressurgência do federalismo nacional tem raízes também no modo pelo qual se desenvolve a globalização do capitalismo; já que essa globalização compreende sempre relações, processo e estruturas que ativam diversidades e desigualdades, convergência e antagonismos ou fissuras e rupturas. E a sociedade nacional é a realidade na qual se manifestam mais diretas e drasticamente essas tendências. São muito sintomáticos, aliás, os localismos, provincianismos que se multiplicam no novo mapa do mundo. Problemas locais e provincianos antigos, que não chegaram a ser adequadamente, equacionados seja com a revolução burguesa, seja com a re-

Revolução socialista, ressurgem como se fossem erupções arqueológicas. Daí a crise mais ou menos grave do Estado-Nação, acompanhada do retorno da questão nacional, da ressurgência do federalismo nacional.

Vistos assim, em perspectiva ampla, os federalismos nacional, regional e mundial fazem parte da mesma nebulosa, da mesma configuração histórico-social, ou da mesma totalidade geohistórica. São expressões distintas e similares, uma vezes convergentes e outras antagônicas, por meio das quais se manifestam dilemas e perspectivas de um novo mapa do mundo. Um mapa no qual tudo parece situado, evidente, explicado; no entanto inquietante, surpreendente, atravessado por outros e novos significados.

Federalizar significa descentralizar. Envolve a flexibilização das instituições e entidades, de forma a pluralizar as condições de decisão e atuação, produção e repartição. Federalizar, ou descentralizar, compreende necessariamente a redefinição dos objetivos e meios com os quais atua o poder central. Diante de tendências mais ou menos impositivas e autoritárias inerentes ao centralismo, são muitos os que, em todos os setores sociais, buscam pluralizar, flexibilizar, descentralizar; ou seja, o federalismo.

Mas federalizar não é necessariamente democratizar, se entendemos a democracia como o governo de todos ou da maioria, enquanto democracia política e social. Há federalismos que realmente expressam conquistas democráticas, ou criam as suas condições. Mas há federalismos que se destinam a acomodar interesses oligárquicos, de blocos de poder prevalecendo-se sobre classes e grupos sociais subalternos. São frequentes os casos nos quais federalizar pode ser uma técnica de acomodação de interesses antagônicos, distensão de situações conflitivas, redistribuição de decisões, atividades, prerrogativas e

vantagens de alguns sobre muitos. Por enquanto, os federalismos pre-
valescentes em âmbito nacional, regional e mundial são principalmente
neoliberais. Mas há tendências incipientes em outras direções, tais
como sociais-democráticas e mais propriamente socialistas.

7. ECONOMIA E POLÍTICA

São vários e fundamentais os desafios teóricos criados com o
desenvolvimento da globalização. Vale a pena torná-los mais explíci-
tos, ainda que de forma breve.

- A) São muitos, em todo o mundo e em todos os setores sociais, que
só utilizam de expressões tais como as seguintes: multinacional,
transnacional, mundial, planetário, global; desterritorialização,
miniaturização, realidade virtual; a mundo sem fronteiras, inter-
dependência das nações, aldeia global, novo mapa do mundo,
planeta Terra, fim da geografia, fim da história; bem como globali-
zação, globalidade e globalismo. São expressões, metáforas ou
conceitos que denotam o empenho de uns e outros no sentido de
apreender o que vai pelo mundo. E o que vai pelo mundo, nesse
caso, é uma nova realidade histórico-social, na qual desenvolvem-
se relações, processos e estruturas peculiares, criadas nesse âmbi-
to e com implicações diversas, muitas vezes decisivas, sobre tudo
o que é Estado-Nação, sociedade civil e Estado, classes sociais,
grupos sociais, indivíduo e cidadania, identidade e alteridade.
Sim, *o processo de globalização envolve a constituição de uma*
totalidade histórica e teórica, influenciando mais ou menos deci-
sivamente os indivíduos e as coletividades, os povos e as nações.

Estas e outras totalidades, mais ou menos importantes e ativas, evidentemente também influenciam as configurações e os movimentos da sociedade, economia, política e cultura globais. Há toda uma complexa rede de influências, reciprocidades, tensões, fissuras e rupturas, ou integração e fragmentação, constituindo simultaneamente o globalismo, o regionalismo, o nacionalismo, o provincianismo, o localismo e inclusive o individualismo. As próprias condições de organização, conscientização, reivindicação e luta de classes e grupos, partidos e sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião pública são impregnadas pelas relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica que constituem a globalização, atravessando territórios e fronteiras, regimes políticos e governos, identidades e diversidades.

3) Mas cabe também lembrar que *a globalização leva consigo a fragmentação*. Ao mesmo tempo que se desenvolve uma nova configuração histórico-social, ou uma totalidade geohistórica, desenvolvem-se fissuras e rupturas, envolvendo setores sociais, relações étnicas, de gênero e de classes, geoeconomias e geopolíticas. Ao lado da dissociação Estado e Sociedade, evidente em muitos casos, verifica-se a fragmentação de nações. Simultaneamente, proliferam guerras e revoluções. Em lugar do fim da história, inicia-se um novo ciclo da história. Trata de uma história simultaneamente nacional, regional e mundial altamente determinada pela dinâmica da competição e cartelização, concentração e centralização, processos esses polarizados pelas corporações transnacionais, as quais operam ativamente as forças produtivas fundamentais: capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do

trabalho, mercado, planejamento e violência, em escala simultaneamente nacional, regional e mundial.

- C) Esta é a realidade na época do globalismo, isto é do neoliberalismo: *o mesmo discurso em favor do mercado e contra o planejamento econômico governamental é acompanhado da teoria e prática do planejamento econômico empresarial*. Ao mesmo tempo que o neoliberalismo do FMI, BIRD e OMC, secundado pelos discursos e práticas dos governos dos países dominantes e pela mídia mundial sataniza toda e qualquer forma de planejamento estatal, florescem as práticas de planejamento de empresas, corporações e conglomerados, compreendendo também monopólio e cartelizações, em escala nacional, regional e mundial. Em todos os casos, o planejamento visa principalmente a dinamização do excedente econômico potencial, envolvendo sempre a concentração e a centralização do capital. Pode ser uma técnica de organização e mobilização de meios e fins, *inputs e outputs*, em termos de produtividades, competitividade e lucratividade; e da crescente concentração do capital transnacional. Este é um desafio prático e teórico fundamental: o capital em geral, operando em escala global, adquiriu amplo predomínio sobre as formas singulares e particulares do capital. Nesse sentido é que o FMI, o BIRD e a OMC podem ser vistos como a “trindade” guardiã do capital em geral, uma espécie de entidade ubíqua, presente e ausente em todo mundo.
- D) A rigor, *está em curso a formação e dinamização de um mundo sistêmico*, altamente articulado pelas tecnoestruturas que operam as organizações multilaterais e as que operam as corporações.

transnacionais. A globalização do capitalismo tem levado consigo um complexo e sofisticado processo de organização e funcionamento sistêmico, em escala mundial. Em alguma medida, todas as organizações, assim como todas as corporações, articulam as suas decisões e atividades em moldes sistêmicos. Alguns princípios básicos da teoria sistêmica estão presentes nas interpretações e atuações do Clube de Roma, Tratado de Maastrich, FMI, BIRD, OMC, G7, OCDE, OTAN e outras organizações; assim como nos diagnósticos, prognósticos, planos e projetos das corporações.

Note-se, no entanto, que a “racionalidade” que as organizações e corporações incutem no mundo sistêmico não se limita à totalidade geohistórica constituída com o globalismo. Essa racionalidade desdobra-se e difunde-se por diferentes níveis da divisão transnacional do trabalho e da produção, impregnando crescentemente os diferentes setores da vida social, política e cultural, compreendendo partidos políticos, sindicatos, igreja, escolares, meios de comunicação e outras círculos de atividade e criação. Em diferentes gradações, indivíduos e coletividades são levados a organizar as decisões e atividade de conformidade com as exigências do *individualismo* e da *escolha racional*. Os poucos, são muitos os que são levados a conformar as mentes e organizações em consonância com as determinações macro e micro que constituem a organização e dinâmica dos sistemas que articulam as corporações e as organizações. Esse, em grande medida, o significado da reforma do Estado, com os seus desdobramentos nos setores de saúde, educação, previdência e trabalho. Os mais diversos setores da vida social, econômica, política e cultural, em todo o mundo, tendem a conformar-se e mover-se de acordo com as determinações predomi-

nantes âmbito dos sistemas organizados e movimentados em âmbito mundial.

E este é um desafio importante: a globalização, a globalidade e o globalismo envolve outras e novas acepções de *historicidade*. São várias, novas e antigas, evidentes e surpreendentes, as acepções e o tempo envolvidas na nova divisão transnacional do trabalho e produção, na formação de cidades globais, na abertura e interpenetração de mercados, nos fluxos mundiais das forças produtivas, no desenvolvimento do capital em geral, tudo isso dinamizado e mundializado por meio da “revolução informática.” No âmbito do globalismo, no qual a revolução informática desempenha um papel fundamental, a velocidade, a multiplicidade, a ubiquidade e o instante tornam-se realidade.

Cabe sempre refletir sobre a globalização tendo-se em conta a curta e a longa duração. Esta é uma lição fundamental, se queremos entender as suas implicações históricas e teóricas.

Quanto à *curta duração*, não é necessário reiterar o desafio sempre representado pelas surpresas e multiplicações do que acontece no presente, em termos de economia e política, sociedade e cultura, língua e religião, formas de sociabilidade e jogos de forças sociais. Ao mergulhar na reflexão sobre a realidade, em termos de curta duração logo se manifesta a novidade, a reiteração e a dramaticidade do que ocorre em termos de integração e fragmentação, fissuras e rupturas, totalidades e sistemas.

Quanto à *longa duração*, cabe reconhecer que essa perspectiva permite desvendar como a globalização se insere no fluxo da história. Visto desde uma perspectiva ampla, na ótica da história do mundo moderno, logo se constata que o globalismo pode estar inaugurando uma nova época. Algo que já se manifestava no passado, desenvolve-se e ge-

Generaliza-se no século XX, demarcando tendências possíveis no século XXI. É verdade que o mundo moderno se inicia internacional ou mundial. Desde o princípio, o capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório, revela-se mundial; desenvolve-se contínua e reiteradamente desde alguns países da Europa Ocidental, articulando crescentemente territórios, povos, culturas, civilizações, recursos naturais, atividades agropecuárias, mineradoras, fabris, comerciais, financeiras e outras; em um vasto e geral processo de acumulação originária, desenvolvimento desigual e combinado, concentração e centralização de capital. Mas também é verdade que a história do mundo moderno demarca-se em termos de mercantilismo, colonialismo, imperialismo e globalismo, não necessariamente exclusivos, sempre recriando-se e desenvolvendo-se reciprocamente. Nesse sentido é que a perspectiva aberta pela longa duração permite situar o globalismo como uma época importante do capitalismo, visto como modo de produção e processo civilizatório. Uma época na qual subsistem e renovam-se diretrizes e práticas simultaneamente colonialistas e imperialistas, de par-em-par com diretrizes e práticas nacionalistas e regionalistas, de permeio a diretrizes e práticas próprias do globalismo. Sim, a globalização, a globalidade ou globalismo, pode ser visto como o novo palco da história, literal e metaforicamente.

Nesse vasto e espetacular palco da história, florescem o pensamento e a ação, ao mesmo tempo que a produção e a reprodução, a diversidade e a desigualdade, a identidade e a alteridade, o progresso e a decadência, a alienação e a emancipação, a ideologia e a utopia. Algo que tem muito a ver com o neoliberalismo, o nazifascismo e o neofascismo.

BIBLIOGRAFIA

- Affonso, Rui de Brito Álvares e Silva, Pedro Luiz Barros (Organizadores), *A Federação em Perspectiva*, Fundap, São Paulo, 1995.
- Albrow, Martin, *The Global Age*, Polity Press, Cambridge, 1996.
- Amin, Samir, *El Eurocentrismo*, Siglo XXI Editores, México, 1989.
- Amin, Samir, *Los Desafíos de la Mundialización*, Siglo XXI Editores, México, 1997.
- Arrighi, Giovanni, *O Longo Século XX*, Editora Unesp, São Paulo, 1996.
- Banco Mundial, *Do Plano ao Mercado*, Washington, 1996.
- Banco Mundial, *O Estado num Mundo em Transformação*, Washington, 1997.
- Beck, Ulrich, *Que es la Globalizacion?*, Paidós, Barcelona, 1998.
- Camilleri, Joseph A. e Falk, Jim, *The End of Sovereignty?*, Edward Eggar, Aldershot, England, 1992.
- Cano, Wilson, *Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des) Ordem Internacional*, Editora Unicamp, Campinas, 1993.
- Cecena, Ana Esther (Coordenadora), *La Internacionalización del capital y sus Fronteras Tecnológicas*, El Caballito, México, 1995.
- Chesnais, François (Coordenação), *A Mundialização Financeira*, Xamã Editora, São Paulo, 1998.
- Chesneaux, Jean, *Modernidade-Mundo*, Vozes, Petrópolis, 1995.
- Draibe, Soni Miriam, *América Latina: O Sistema de Proteção Social na Década da Crise e das Reformas*, Nepp-Unicamp, 1995.
- Friedmann, John, *Empowerment*, Blackwell, Cambridge, 1996.
- Furtado, Celso, *Brasil: A Construção Interrompida*, Paz e terra, Rio de Janeiro, 1992.

- Farciá Delgado, Daniel, *Estado-Nación y Globalización*, Ariel, Buenos Aires, 1998.
- Held, David, *Democracy and the Global Order*, Polity Press, Cambridge, 1995.
- Ianni, Octavio, *Teorias da Globalização*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.
- Ianni, Octavio, *A Era do Globalismo*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1997.
- Ianni, Octavio, *A Sociedade Global*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.
- Know, Paul L. E Taylor, Peter J. (Organizadores), *World Cities in a World-System*, Cambridge University Press, Cambridge, 1996.
- Korten, David C., *Quando as Corporações regem o Mundo*, Editora Futura, São Paulo, 1996.
- Kuhn, Thomas S., *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1975.
- La touche, Serge, *A Ocidentalização do Mundo*, Editora Vozes, Petrópolis, 1994.
- Luhmann, Niklas, "The World Society as a Social System", *International Journal of Systems*, vol. 8, 1982, pp. 131-136.
- Martins, Carlos Estevam, "Da Globalização da Economia à Falência da Democracia", *Economia e Sociedade*, nº 6, Instituto de Economia, Unicamp, 1996, pp. 1-23.
- Ortiz, Renato, *Mundialização e Cultura*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1994.
- Pacheco, Carlos Américo, *Fragmentação da Nação*, Instituto de Economia, Unicamp, 1998.

- Sassen, Saskia, *The Mobility of Labor and Capital*, Cambridge University Press, Cambridge, 1997.
- Silva, Pedro Luiz Barros, *Reforma do Estado e Política no Brasil*, Nepp-Unicamp, Campinas, 1998.
- Sklair, Leslie, *Sociologia do Sistema Global*, Editora Vozes, Petrópolis, 1995.
- Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José Luiz, *Desajuste Global Modernização Conservadora*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993.
- The World Bank Economic Review*, vol. 12, nº 2, Washington, 1998.
- "A Symposium on Regionalism and Development", pp. 177-320.
- Unesco, *International Organizations* (Theoretical Perspectives and Current Trends), *International Social Science Journal*, nº 138, Oxford, 1993.
- Walker, Barbara (Coordenação), *Uniting the People and Nations* (Readings in World Federalism), World Federalist Movement and World Federalist Association, Washington, 1993.
- Wallerstein, Immanuel, *Unthinking Social Science* (The Limits of Nineteenth-Century Paradigms), Polity Press, Cambridge, 1991.

NAME (Name): _____

ENDEREÇO (Address): _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (019) 788.1603 / 788.1604
Telefax (019) 788.1589



